

Ermida do Paiva: reflexões e problemáticas

Lúcia Maria ROSAS

DCTP/FLUP

Maria Leonor BOTELHO

DCTP/FLUP

Nuno RESENDE

DCTP/FLUP

Resumo

Tomando como exemplo a Ermida do Paiva (Castro Daire), pretendemos com este artigo refletir e problematizar algumas das questões historiográficas relativas à arquitectura da época românica em Portugal, desde a valorização do património medieval à sua implantação no território, passando pela sua motivação fundacional perspectivada no quadro histórico português.

Palavras-chave: Ermida do Paiva/Ordem premonstratense/românico/siglas.

Abstract

With this article we want to reflect and discuss some of the historical issues concerning the Romanesque architecture, taking as an example the Ermida do Paiva (Castro Daire). Problems like the recovery of medieval heritage, the implantation in the territory or the foundational motivation in Portuguese history context are debated.

Keywords: Ermida do Paiva/premonstratensian Order/ romanesque/lapidary marks.

1. Fortuna crítica

É possível que a classificação da Ermida do Paiva como Monumento Nacional em 1916 (Decreto n.º 2 303, DG, 1.ª série, n.º 60 de 29 de março) tenha espoletado um interesse pelo conjunto edificado erguido nas proximidades de Castro Daire.

«Numa despertante madrugada de Abril, nas férias da Páscoa de 1916 [nesse ano o Domingo de Páscoa foi a 23 de Abril], abalei do Pôrto para as terras da Beira-Alta, seguindo a linha do Vale do Vouga até Viseu, onde tomei lugar num automóvel de

carreira que me levou a Castro Daire (...) dirigi-me à freguesia da Ermida do Paiva, têrmo da minha desejada peregrinação à velha relíquia românica de um mosteiro venerando, memorado hoje pela silharia elegante e sóbria de um templo que ficou pelos anos fora a desafiar os séculos e a vida passageira dos crentes, cujas orações nele se vão reunir em cânticos e palavras de santa e ingénua fé¹.»

É com estas palavras, num discurso onde o lirismo e o poético ressaltam à primeira vista, que Aarão de Lacerda (1890-1947) começa a monografia que consagrou em 1919 à hoje igreja matriz da Ermida do Paiva². Edição de autor, esta monografia foi primeiramente publicada sob a forma de três artigos³ concebidos ao modo de brado de alerta diante da eminente ruína que este templo beirão mostrava em inícios de novecentos, tal como era corrente à época⁴. São estes artigos um pretexto para Aarão de Lacerda começar a sistematizar as suas ideias em torno do românico português, da sua cronologia e das suas influências forâneas⁵.

Foi por esta altura que a historiografia que se dedicou ao estudo da arquitetura românica começou a dar ao prelo as primeiras monografias consagradas a um único edifício⁶: Pedro Vitorino (1882-1944) escreve sobre a igreja de «Águas Santas» (Maia)⁷, Aguiar Barreiros (1874-1961) publica «A Igreja Romanica de Font'Arcada»⁸, Vergílio Correia (1888-1944) consagra um à «Nossa Senhora de Carquere»⁹. É neste contexto que Aarão de Lacerda publica «O Templo das Siglas (A Igreja da Ermida do Paiva)», designação que se deve ao facto desta igreja apresentar uma grande quantidade de marcas de canteiro, cujo desenho apresenta as mais variadas formas, que o autor inventariou¹⁰.

Creemos que este é, até à data, o único edifício religioso da época românica em Portugal que continua a ser conhecido, historiograficamente, pela designação que lhe foi atribuída por um dado autor. E esta nomeação como «Templo das Siglas» não só perdura no meio da especialidade até aos dias de hoje, como também se expandiu para o meio institucional. Uma breve análise dos processos administrativos e de obra que se conservam da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) permite-nos aperceber as constantes referências a este edifício como

¹ LACERDA 1919: 15-16.

² Cf. LACERDA 1919.

³ Cf. LACERDA 1917a:220-223; LACERDA 1918: 78-80 e LACERDA 1919b: 65-76.

⁴ Para um maior desenvolvimento deste assunto *ver* BOTELHO 2013: 394-431.

⁵ Para um maior desenvolvimento deste assunto *ver* BOTELHO 2013: 267-283.

⁶ Historiograficamente, tal só foi possível tendo em conta a afirmação de conceitos já encetada por autores como Joaquim de Vasconcelos (1839-1936) ou Manuel Monteiro (1879-1952). Para um maior desenvolvimento deste assunto consultar BOTELHO 2013: 144 e ss e 258-267.

⁷ VITORINO 1927: 349-359.

⁸ BARREIROS 1917: 64.69.

⁹ CORREIA 1917: 56-60.

¹⁰ LACERDA 1919: 53.

«Templo das Siglas»¹¹, quer por parte dos serviços oficiais, quer já nos pedidos que os vários párocos encetam para a realização de obras de restauro do monumento. Além disso, na referida documentação encontramos, por um lado, uma notória referência a esta «excelente monografia» publicada «pelo distinto Professor de História da Arte, Doutor Aarão de Lacerda»¹² e, por outro, a inclusão de diversas passagens na mesma, cirurgicamente escolhidas¹³:

«É, no dizer de Aarão de Lacerda, um dos nossos mais puros exemplares do românico, pertencente à época que precedeu o estilo ogival. São ainda do mesmo autor, que estudou profundamente, em todos os seus aspectos, a fundação, a história, a arquitectura e a arte deste monumento os seguintes passos, extraídos da obra que publicou, denominada “Templo das Siglas”: “é um monumento riquíssimo da nossa história monástica rural”; “velha relíquia românica de um mosteiro memorando”; “tem beleza mística”; “representa em relação aos outros monumentos portugueses do seu tempo uma excepção que me leva a concluir da vinda a Portugal duma confraria de canteiros onde se destacavam escultores de merecimento, ou então da construção do monumento sob a direcção de um arquitecto que podia ser o próprio fundador».

Como dissemos já impera o lirismo e algum tom poético no discurso de Aarão de Lacerda, a que devemos acrescentar uma forte sensibilidade religiosa na afirmação da necessidade de se ter um certo «estado de alma especial para sentir com profundidade a sua [da igreja] beleza mística»¹⁴. Apesar da exaustiva descrição que faz, Aarão de Lacerda não descurou a análise de fontes documentais, de que se destacam as crónicas ou a carta de foral do concelho de Castro Daire¹⁵.

Aarão de Lacerda, um dos autores mais informados do seu tempo, conseguiu de forma indelével integrar o «Templo das Siglas» no «mapa do românico português» e, por consequência, no seu circuito historiográfico. Depois dele, foram vários os autores que reconheceram neste edifício aspetos de singularidade que justificaram a sua nomeação enquanto edifício demonstrativo, por exemplo, da novidade que as suas siglas tiveram ao tempo e entre nós¹⁶, ou do impacto que as influências forâneas, particularmente das vindas do Centro-Oeste de França, ou seja, do Limousin francês, tiveram em território português¹⁷. O carácter tardio do edifício é reconhecido com consenso pela historiografia da especialidade, tendo sido particularmente sublinhado

¹¹ Cf. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN, Processos Vários, Nº IPA.00004296 [Antigo: PT021803060001], Disponível em WWW: www.monumentos.pt.

¹² Cf. PEREIRA, Luís de Azeredo – Missiva de 19 de dezembro de 1954 [SIPA.TXT.01023262 e SIPA.TXT.01023263] PT DGEMN:DSARH – 010/072-001. Disponível em WWW: www.monumentos.pt. Nº IPA.00004296 [Antigo: PT021803060001].

¹³ Cf. *Idem* – Missiva de 24 de Junho de 1952 [SIPA.TXT.01023268 e SIPA.TXT.01023269] *In Idem*.

¹⁴ LACERDA 1919: 19.

¹⁵ Cf. LACERDA 1919: 34 e ss. e 75 e ss.

¹⁶ ALMEIDA 1986: 15 (legenda).

¹⁷ ALMEIDA 1987: 32.

por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996), justificado não só pelas influências estrangeiras, mas sobretudo pela constatação de que esta igreja monástica que acolheu os monges premonstratenses apresenta diversas características novas no panorama da arquitetura românica portuguesa¹⁸.

Mas devemos questionar, no entanto, se aquilo que hoje conhecemos sobre este testemunho significativo da arquitetura da época em Portugal resulta de aquisições mais recentes ou se, pelo contrário, a fortuna crítica sobre a igreja da Ermida do Paiva ficou compilada, pelas mãos de Aarão de Lacerda, às portas dos anos de 1920. Há seguramente novas achegas dadas pela historiografia da arte mais recente, aqui nomeadas e devidas fundamentalmente à figura de Ferreira de Almeida. Todavia, cremos que estas têm de ser integradas, primeiramente, numa leitura de entendimento conjunto do carácter peculiar da arquitetura que a época românica edificou no que é hoje Portugal.

Deve-se notar, ainda, que do impacto historiográfico que teve a monografia que Aarão de Lacerda consagrou ao «Templo das Siglas» resultou certamente a curiosidade crescente sobre o mesmo, pois em meados da década de 1940 há referências ao facto deste edifício ser «muito visitado»¹⁹. No entanto, no que à conservação do património imóvel e integrado toca, o mesmo não vimos a acontecer. Ao que pudemos aferir, só a partir de meados do século XX é que se começam a realizar as primeiras intervenções oficiais de salvaguarda deste monumento, primeiro sob a forma de «obra urgente» e, apenas nas décadas de 1960 e 1970, sob a forma de obras de beneficiação, restauro ou reparação²⁰.

2. Território e domínios

O mosteiro de Ermida do Paiva, de que subsiste a igreja e algumas estruturas anexas, foi edificado na cumeada de uma pequena elevação a 380 metros de altitude, situada na encosta sul do maciço de Montemuro, próximo à margem direita do rio Paiva.

Esta posição é semelhante ao local de implantação de outros mosteiros de fundação medieval. O aproveitamento de recursos hídricos, a proximidade a vias e até o transporte de materiais para a construção do edifício devem ter influído na procura do «local-ideal» demandado, por exemplo, pelos cistercienses para a instalação da sua planta-modelo. Neste caso o local devia assegurar o espaço suficiente para a instalação de um complexo e vasto programa arquitectónico. Mas não podemos deixar de assinalar um aspecto particular na fundação de certos mosteiros: a existência de estruturas anteriores, nomeadamente eremitérios²¹.

A presença de eremitas ou anacoretas conferia sacralidade e importância a certos locais e embora se conheça ainda pouco sobre este fenómeno de espiritualidade

¹⁸ Cf. ALMEIDA 1986: 107 (legenda).

¹⁹ Cf. PEREIRA, Luís de Azeredo – Missiva de 19 de dezembro de 1954. Op. Cit.

²⁰ Cf. PT DGEMN:DSARH – 010/072-001. Disponível em WWW: www.monumentos.pt. Nº IPA.00004296 [Antigo: PT021803060001].

²¹ Sobre este aspeto, veja-se o trabalho pioneiro de MATTOSO 1997: 103-145.

individual no território português, parece correcto afirmar que vários ermos, eremitórios ou eremitérios serviram de base para a ocupação por comunidades de regra²². Aqueles homens que, embora isolados, não se afastavam dos caminhos e até da população, tornavam-se figuras veneradas e ocasionavam cultos de âmbito local ou regional que, quer o poder régio, quer o poder eclesiástico tentavam submeter ao seu controlo²³.

O topónimo *Ermida* é o testemunho mais concreto desta ocupação pré-monástica. Até bastante tarde a comunidade de irmãos aqui instalada continuou a ser reconhecida na documentação como *fratres* do *hermitagio* de Dom Roberto, assinalando a qualidade do local associado a tão obscura figura. De resto, já José Mattoso havia incluído *S. Miguel da Ermida de Riba Paiva*, entre um conjunto de eremitérios assinalados no século XII²⁴.

Sobre D. Roberto e a fundação do mosteiro pendem ainda várias dúvidas. O que primeiro se debruçou sobre esta questão - Aarão de Lacerda²⁵ - procurou nas fontes então disponíveis a sua origem, tendo decalcado a tradição de duas crónicas, a da «Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho», de D. Nicolau de Santa Maria²⁶ e a dos «Eremitas de S. Agostinho», escrita por frei António da Purificação²⁷. Ambos os cronistas indicavam para a Ermida uma filiação premonstratense, por intervenção directa de certos cónegos vindos a Portugal entre 1147-48 durante a cruzada de D. Afonso Henriques (r. 1143-1185) contra os muçulmanos de Lisboa. A narrativa é inconsistente em vários aspectos, nomeadamente na identificação das personagens envolvidas e na sua relação com o rei.

Segundo o relato, teria o abade premonstratense, chamado Gualter, havido um desentendimento com o monarca por este lhe não ceder o mosteiro de São Vicente e, regressado a França, deixou cair a intenção de instalar uma casa daquela ordem em Lisboa. Mas, por que razão dois dos «quatro companheiros do abade, afeiçoados à terra se deixaram ficar» e foram até ao eremitório do Paiva constituir uma filial de Premontre? Mais, porque haveria o monarca de favorecer tais monges? Como compensação pela recusa em ceder São Vicente à ordem? E sobretudo, porquê o lugar de Paiva?

Sem dúvida, porém, que a figura de Roberto está ligada a esta comunidade. O nome, de origem germânica ou franca, assinala a sua presença neste local onde foi sepultado: *Era de 1198 quando morreu o Padre Roberto no mês de Outubro*²⁸. Ou seja, no ano de 1160 teria aqui falecido o hipotético companheiro do abade Gualter que

²² Dentre os poucos estudos sobre eremitérios medievais portugueses salientámos os de AFONSO 1998 e ROSAS 2000: 47-57.

²³ São vários os casos identificados na documentação medieval, como o do eremitório de Santo Isidoro de Escariz em Vila Verde cuja posse determinou litígio em 1343 entre o cabido de Braga e o reitor de São João de Campo, cf. docs. 41 e 41a, em SARAIVA 2003.

²⁴ MATTOSO 1997: 111.

²⁵ LACERDA 1919.

²⁶ SANTA MARIA.

²⁷ ANTÓNIO DA PURIFICAÇÃO 1642.

²⁸ LACERDA 1919: 40 ss e BARROCA 2000 (volume II, inscrição 105).

doze anos antes aqui viera na companhia de outro cónego. A cronologia está, para já, a favor da narrativa.

Porém, em 1173, tendo a comunidade de frades recebido carta de protecção do cardeal D. Jacinto, aí se declara viverem os ditos cenobitas sob a regra de Santo Agostinho²⁹. Tendo falecido treze anos antes, seria afinal D. Roberto um cónego regente e não premonstratense?

Norbert Backmund foi o primeiro investigador a questionar a tradição da fundação premonstratense de Ermida. Num país em que a ordem instituída por São Norberto não possuía raízes, nem memória histórica, Backmund recorreu às fontes dos reinos vizinhos, onde Premontre se difundiu expressivamente ao longo do século XII. O investigador começou por questionar a sujeição de Dom Roberto a uma qualquer ordem uma vez que, segundo um documento do cartulário do mosteiro de Arouca, D. Afonso Henriques lhe doara, e aos seus companheiros, em 1145 (dois anos antes dos acontecimentos de Lisboa), certos bens, sendo ele já presente em Paiva: *Ego Alfonsu Portugalensium re facio kartam donationis...tibi Rouberto et consociis tuis euisdem cenobii et sancte Marie semper virginis et beati Archangeli Micaaelis, quorum reliquie in eadem heremita habentur, que est in Ripa Pavie*³⁰. Esta doação bastaria para contradizer o percurso dos dois cónegos e a directa fundação premonstratense. Afinal, Roberto vivia já em 1145 com companheiros em Riba Paiva num cenóbio cuja ermida ou igreja fora consagrada com relíquias da Virgem e do arcanjo Miguel.

Efectivamente, estes elementos parecem refutar a fundação por Premontre, apontando antes para uma comunidade eremítica (canónica? de «monaquismo simples», segundo designação de Mattoso?³¹) mas dotada de vastos meios económicos. No ano de 1173 estavam já sob a sua jurisdição as igrejas de Santa Maria de Baltar³², São João de Pendilhe e São Pelágio de Alhões, todas a norte do Paiva e concêntricas ao mosteiro e ainda as abadias de Reriz, São Pedro de Ester e Santa Eufémia de Vandoma - as duas primeiras próximas do antigo eremitério e a segunda (supostamente) na diocese do Porto³³. O facto de a doação de 1145 se encontrar registada no cartulário do mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca sugeriu o medievalista Pedro de Azevedo (citado por Backmund) que o eremitério de Riba Paiva fosse uma filial daquele, porque dentro da sua esfera geográfica.

N. Backmund não teve, porém, dúvidas em entroncar a Ermida na família dos norbertinos, mesmo sem provas concretas desse facto antes do século XIV. Alegava, aliás, que por se regerem ambas as ordens, Regrantes e Premonstratenses, pela regra de Santo Agostinho podiam ser confundidas. Isso explicaria o facto de a documentação se referir a *priores* em Ermida e não a *abades*, uma vez que os primeiros compunham o

²⁹ Cf. BACKMUND 1959: 437 (documento 1).

³⁰ Cit. *apud ibid.*, pub. em AZEVEDO 1940: (doc. 211).

³¹ MATTOSO 1996: 55-72.

³² Backmund indica Baltar como a paróquia do Porto sujeita a Vandoma, mas trata-se claramente da localidade situada a oeste da Ermida, onde existiu um cenóbio, hoje recordado no topónimo *Mosteiro de Cabril*. Sobre a relação de Baltar com Ermida ver: GOMES 2000: 56-58.

³³ Cf. GOMES 2000: 56-58.

topo da hierarquia monástica agostiniana e, os segundos, os da premonstratense.

Mas, mesmo apesar de, quer Aarão de Lacerda, quer N. Backmund terem estado em Ermida, nenhum deles reparou na inscrição do tímpano que sobre a porta sul confirma a filiação premonstratense daquela igreja e mosteiro:

Era : Ma : CC^a : II^a : / [...] NI : [...] / [Pela]III : EPiscopO : LAMECEnSI : [...] IN : PRESBITER : P(re)MO(ns)T(ratens)IS : [...] [ip]SIus : NOMINE : + [crucem]

Foi Mário Barroca que, em 2000, publicou a leitura desta extraordinária inscrição epigráfica, aplicada a tinta ocre sobre o tímpano, felizmente conservada e que nos revela a data de sagração da igreja - ante a presença do bispo de Lamego e com a ratificação da Ordem Premonstratense, através do seu presbítero³⁴. Assim, no ano de 1214, na presença do bispo D. Paio Furtado sagrou-se a igreja da Ermida, cuja fábrica provavelmente se iniciou ainda em vida do obscuro Dom Roberto.

Somos, porém, levados a contrariar a ideia de que o período de construção da igreja começada provavelmente no terceiro quartel do século XII e sagrada em 1214, teria sido interrompido por motivos económicos, no que resultaria a dissonante articulação entre a cabeceira e o corpo da igreja e o próprio desvio em relação à orientação canónica³⁵.

Em 1173, como já referimos, o mosteiro estava já dotado de um valioso capital dominial (nomeadamente a integração do património do vizinho mosteiro de Baltar), prosseguindo uma política de doações, trocas e escambos. Pouco menos de meio século depois da sagração da igreja, em 1258, constata-se o fulgurante percurso da Ermida, referida nas Inquirições como *monasterii de hermitagio Domni Roberti*. Os inquiridores indicam a existência de um prior, João Martinho, que na companhia de outros monges (nomeadamente Domingos Joanes), testemunharam sobre a condição e sujeição temporal do mosteiro. Era do padroado e da apresentação régia, edificado em propriedade reguenga:

Nos vero inquisitores interrogantes de Johanne Martini piore monasterii de hermitagio Donn Roberti et de Dominico Johannis fratre ejusdem loci et de Johann Martini fratre similiter et de aliis fratribus, si monasterium de Hermitagio habet aliquos patronos vel heredes, omnes una vice dixerunt, quod monasterium de Hermitagio est totum Domini Regis, et Dominus Rex est patronus, et quicquid boni monasterium habet, que fuerunt missi in prelatura in ipso monasterium, fuerunt missi et concessi per Reges³⁶.

³⁴ BARROCA 2000 (vol. II, inscrições n.ºs 105 e 273).

³⁵ Alguns autores consideraram a Ermida um mosteiro pobre, abalanzando-se na contribuição de 300 libras tributada em 1320. Dado que não existem estudos estatísticos que permitam a comparação, é redutora esta afirmação, tanto mais que o historiador lamecense M. Gonçalves Costa sublinha a opinião do geógrafo Amorim Girão sobre o notável trabalho dos monges na humanização de um vasto território no maciço de Montemuro, cf. COSTA 1979: 552.

³⁶ Pub. em [S.A.] 1936: 943.

Backmund salienta: *Ermida etáit, à la fin du XIII.e siècle, un monastère important, même riche*³⁷. As Inquirições confirmam esta riqueza e importância: os seus bens distribuíam-se ao longo das encostas meridionais de Montemuro, estendiam-se para norte seguindo o curso do vale da ribeira da Bestança (hoje c. Cinfães) e em redor do couto, algumas terras a oeste, nas imediações de Castro Daire. A avaliar pela extensão do património, podemos imputar aos monges uma vasta campanha de arroteamentos, a provável construção de uma rede viária e mesmo a fundação de alguns povoados, como Faifa (f. Ester) e Granja (f. Tendais). Neste caso não podemos deixar de sublinhar o facto de constituir uma das poucas *granjas* não cistercienses até agora reconhecidas. Conquanto não seja referida em 1258 já o era em 1527 como a *gramja*, pequeno núcleo de 4 moradores, certamente enfileitadas do mosteiro da Ermida³⁸.

Embora N. Backmund se esforçasse por encontrar mais provas sobre a prévia introdução da regra de Santo Agostinho e a posterior submissão a Premontré (nunca antes dos séculos XV e XVI quando a documentação efectivamente o aduz), propondo, por outro lado, a prevalência beneditina no local até depois de 1320 (*une espèce d'ermites-oblats-bénédictins*)³⁹, outros dados, que não apenas a inscrição consecratória, escaparam ao investigador: sobretudo no respeitante à toponímia local. Efectivamente, quando o autor alude aos obituários de Santa Maria de la Caridad onde constavam os nomes de alguns abades e religiosos da Ermida, relega para nota um subdiácono daquela igreja chamado *Johanes du Bugallon*⁴⁰. Ora, Bugalhão é o nome de uma aldeia, hoje despovoada, situada nos limites do Couto, de onde provavelmente seria natural aquele clérigo. Assim, desde o século XIII (pelo menos) que a Ermida viveu sob a jurisdição premonstratense.

Não podemos, contudo, deixar de admitir o afastamento à ordem e até um relaxamento dos presbíteros da Ermida, algo que só seria resolvido ou amenizado pouco tempo antes da sua dissolução como evidenciam as fontes disponíveis, nomeadamente a documentação dos séculos XV e XVI que revela a urgência de uma reforma premonstratense em território português, e a submissão (ou confirmação) a Santa Maria de la Caridad⁴¹.

Como refere Backmund, a Ordem de Premontré não submetia as suas comunidades a uma organização do tipo cisterciense, com filiação a partir de uma casa-mãe, preferindo uma lógica paternal onde mosteiros maiores vigiavam as casas menores, numa esfera provincial (as *circarias*). Mas sendo a Ermida do Paiva a casa mais

³⁷ BACKMUND 1959: 416-441.

³⁸ Cf. a este respeito RESENDE 2009: 345-390. No século XVIII as memórias paroquiais atribuem o padroado da ermida local, dedicada a São Pedro, à *Comenda da Hylmida*.

³⁹ Na citação que faz do dicionário Pinho Leal, N. Backmund confunde Ermida do Paiva com Ermida do Douro, pois a esta se refere o enciclopedista português no seu verbete *Ermida do Douro*, escrevendo: *Do fonal novo de Ferreiros de Tendais consta que a egreja da Ermida foi convento (de frades bentos) em tempos remotos*, LEAL 1874: 48 (vol. III).

⁴⁰ De resto bastaria reparar origem noutro nome Martim *de Reriz*, para aduzir da sua proveniência: importante localidade e igreja do outro lado do Paiva, em frente ao mosteiro. Assim teríamos reforçadas as ligações entre ambas as casas premonstratenses.

⁴¹ Acto firmado pelo abade comendatário apenas em 1514, cf. BACKMUND 1959: 420

ocidental de Premontré na Europa, seria com dificuldade que ecos da sua subordinação chegassem aos mosteiros do centro da Ibéria.

Perante este cenário, em finais do século XV anunciava-se o fim do potentado de Ermida do Paiva. No ano de 1466 foi a sua gestão entregue por Dom Afonso V (r. 1438-1481) ao Conde de Vila Real, em cujos descendentes permaneceu o direito de padroado. Senhores de um vasto domínio dominial, os frades foram alvo da cobiça dos leigos, que através do monarca se apossaram da administração recorrendo ao regime de comenda. Em 1501 era comendatário D. Diogo Ortiz, bispo eleito de Ceuta⁴².

Não obstante a secularização ocorrida durante este período, a sua posse continuou a ser litigada entre Agostinhos portugueses e os Premonstratenses espanhóis até ao século XVII, como sintetizaram Backmund e Gomes⁴³.

O foral concedido ao couto da Ermida por D. Manuel I (r. 1495-1521), em 8 de Fevereiro de 1514 executa a municipalização e assinala as povoações incluídas no termo concelhio: Carvalhosa, Codeçais e Sobrado, dentro do antigo Couto e, fora dele, São Joaninho, Cujó e Ester que constituíam enclaves distanciados. Em 1708 o Couto já era referido como concelho da Coroa, reitoria de colação ordinária da Casa de Bragança cujos dízimos recolhia o Comendador da Ordem de Cristo⁴⁴.

Outrossim na viragem para a época moderna e tendo passado à qualidade de igreja secular, o orago patronal dedicado a Santa Maria foi substituído pela invocação da Imaculada Conceição, mantendo-se a seu lado o culto a São Miguel, referido como cotitular da igreja medieval e ainda hoje presente materializado numa escultura de vulto em madeira, de recorte popular.

Sinal maior, porém, desta acelerada decadência institucional e da própria memória histórica foi a alteração do nome da freguesia que no século XVIII passou a designar-se *Sobradinho do Paiva*.

3. A igreja

Nicolas Reveyron publicou, há exatamente dez anos, um artigo intitulado *Marques lapidaires: The State of the Question*⁴⁵. Apresentando os resultados de vários anos de investigação, Reveyron dedica-se à análise das siglas como parte do processo construtivo e à sua complexa relação com o estaleiro. As siglas (marcas lapidares) definidas como um signo gravado num bloco de pedra com uma função concreta durante o processo construtivo dividem-se, segundo aquele autor, em três categorias gerais: as *marcas de construção*, utilizadas na colocação e posicionamento do silhar; as *marcas de gestão*, empregues na contabilização e monitorização do estaleiro, e as *marcas de identidade*, cuja função era identificar um indivíduo e, simultaneamente, verificar e quantificar o trabalho realizado⁴⁶. Esta variedade funcional permite ultrapassar a restrita definição de sigla como *marca de canteiro*, conceito ainda hoje presente em estudos sobre as

⁴² Cf. GOMES 2000: 56-58.

⁴³ BACKMUND 1959: 420 e *ibid.*, p. 58.

⁴⁴ COSTA 1708: 268.

⁴⁵ Cf. REVEYRON 2003: 161-170.

⁴⁶ REVEYRON 2003: 163.

construções medievais. A contabilização do número de canteiros que trabalharam num determinado estaleiro, com base na diferenciação formal das siglas, predetermina a interpretação, genericamente falsa, do objeto de estudo conforme escreve Reveyron⁴⁷.

A Ermida de Paiva é, sem dúvida, uma das construções românicas portuguesas que apresenta um maior número de siglas. Segundo C. A. Ferreira de Almeida, a introdução e uso sistemático das siglas em Portugal deve-se a influências francesas, sendo sua utilização particularmente densa na cabeceira da Sé Velha de Coimbra e nas igrejas cistercienses de Tarouca e Salzedas⁴⁸. Apesar de considerar que a contabilidade do trabalho no estaleiro foi um poderoso motivo para a divulgação do uso das siglas, ao qual acrescenta o poder significativo da marca pessoal do canteiro, C. A. Ferreira de Almeida refere igualmente o uso de sinais gravados como marcas de posição, presentes nas aduelas das arcadas e nas fiadas das abóbadas, marcando a ordem de colocação⁴⁹. O arco exterior e a arquivolta do portal sul da Ermida apresentam a mesma sigla em praticamente todas as aduelas. Na cobertura abobadada da cabeceira é igualmente visível uma grande quantidade de marcas. Não é pretensão deste trabalho apresentar um levantamento das siglas da Ermida de Paiva o que, aliás, exigiria meios adequados para o realizar. Como no caso da igreja de Boelhe (Penafiel), onde as marcas são particularmente abundantes, não nos parecendo conclusiva a contagem de seis canteiros ativos na sua construção⁵⁰, a variedade e quantidade de siglas na Ermida de Paiva perspectivam um estudo que deverá atender às categorias enunciadas por Reveyron.

Um outro tipo de marcas patentes nas construções medievais – os grafitos – é, desde 2010, objeto de um amplo levantamento na região de Norfolk (Norfolk Medieval Graffiti Survey). Um dos aspetos mais estimulantes deste estudo sistemático consiste na identificação de tipologias de grafitos que mostram fortes semelhanças com os ex-votos medievais. Matthew Champion sublinha a relação entre os desenhos e o espaço que ocupam na arquitetura dos templos, apontando o claro sentido votivo de vários exemplares⁵¹.

Sem querermos estabelecer qualquer afinidade entre o sentido votivo dos grafitos ingleses e a composição gráfica da Ermida de Paiva – que se encontra na face interna do muro sul, junto ao portal, onde é visível uma representação do *Agnus Dei* e uma figura esquemática, entre outros elementos de difícil decifração – não podemos deixar de registar a perspectiva de investigação aberta pelo estudo da região de Norfolk.

A Ermida de Paiva apresenta uma tal variedade de modelos empregues nas molduras e na escultura de capitéis e cachorros, que torna quase impossível estabelecer filiações estilísticas unicamente explicáveis pela deslocação de artistas de estaleiro em estaleiro, metodologia habitual na historiografia sobre a arquitetura românica. Embora sejam preponderantes, neste mosteiro premonstratense, os modelos similares aos da Sé do Porto, como os capitéis sem ábaco e os toros diédricos provenientes da região do

⁴⁷ REVEYRON 2003: 161-162.

⁴⁸ ALMEIDA 2001: 72.

⁴⁹ ALMEIDA 2001: 73.

⁵⁰ ALMEIDA 2001: 71.

⁵¹ CHAMPION 2012: 111.

Limousin (v.g. Abadias de Beaulieu sur Dordogne e de St. Pierre de Solignac), patentes sobretudo nos portais e nos vãos de iluminação, a diversidade formal e estilística dos modelos utilizados na Ermida é particularmente acentuada. No arco toral da cabeceira pontua um capitel esculpido à maneira dos exemplares de Ganfei, Friestas (Valença) e Longos Vales (Monção) que, por sua vez, glosam modelos provenientes da sé de Tuy (Galiza). No interior da cabeceira repete-se um modelo que encontramos no arco triunfal de S. Pedro de Abragão (Penafiel): é composto por figuras humanas que emergem do cesto do capitel, apoiando-se em largas folhas. Este modelo é muito semelhante ao dos capitéis remanescentes do claustro de S. Serni de Tavèrnoles (Alto Urgell/MNAC), datados do segundo quartel do século XII, o que nos faz repensar a questão das filiações estilísticas assente unicamente na deslocação de artistas. Se, por um lado, as influências da região do Limousin na Sé do Porto (e também na Ermida) se entendem no quadro das relações comerciais entre a cidade do Porto e La Rochelle, até porque a catedral portuense patenteia modelos do centro-oeste de França não só na escultura mas também na arquitetura, por outro, a utilização do mesmo modelo na Ermida e em Tavèrnoles é mais difícil de explicar, se for entendido no contexto da deslocação dos artistas.

Como interroga Peter Kurmann, será necessário abandonar a hipótese da migração dos artistas e considerar que a transferência das formas foi garantida principalmente pelo transporte dos modelos⁵² ou será mais profícuo conjugar a viagem dos artistas com a viagem dos modelos⁵³? Estudar as *influências* de soluções construtivas e formais da arte românica é uma tarefa que apresenta várias dificuldades. Na época românica estimou-se largamente a variedade, o que dificulta ainda mais as filiações estilísticas. Por outro lado, se é relativamente simples compreender este fenómeno numa mesma zona geográfica, mais complexo se torna quanto às relações artísticas entre regiões afastadas, como acentua Barral i Altet⁵⁴. A investigação que aborda o papel dos *actores* – artistas, obras e modelos – e a forma como participam na reconfiguração de um determinado meio artístico, constitui uma perspectiva de análise que a historiografia está ainda longe de conseguir resolver.

3.1. O báculo

A Crossa de Báculo da Ermida de Paiva (MNAA) tem sido datada dos meados do século XIII⁵⁵, como quase todas as peças medievais em metal esmaltado conservadas nos museus portugueses. No que diz respeito a duas arquetas-relicário (Tesouro da Sé de Viseu), ambas em cobre gravado a buril, dourado e esmaltado, João Soalheiro chamou a atenção para as suas diferenças, colocando a hipótese de uma delas não ser proveniente dos *ateliers* limosinos mas, hipoteticamente, de uma oficina de Burgos. O autor alicerça os seus argumentos na diferença entre os respectivos programas figurativos e iconográficos. Considerando que estas peças são os exemplares mais antigos em cobre

⁵² KURMANN 1998: 28.

⁵³ KURMANN 1998: 31.

⁵⁴ BARRAL I ALTET 2006: 103.

⁵⁵ ALMEIDA 2001: 180-181.

esmaltado que nos chegaram, atribuiu-lhes uma datação entre os séculos XII e XIII⁵⁶.

A publicação, por Saul António Gomes, do «Inventário da Sé de Viseu» datado de 3 de Outubro de 1188 revela importantes indicações no que diz respeito às peças de ourivesaria esmaltadas⁵⁷. É no designado *tesouro novo* que encontramos as referências mais significativas, já que permitem registar a existência de objectos de ourivesaria esmaltada em Portugal desde o século XII. No inventário do *tesouro novo* (1188) da Sé de Viseu são referidas *ij. arcas de esmaldo, iiij de candeleros de esmaldo e ij ditagus de esmaldo*⁵⁸. Segundo o autor do inventário, D. Soeiro Mendes, o *tesouro novo* deveu-se à iniciativa de D. João Peres, bispo de Viseu (1179-1192)⁵⁹. Também do último quartel do século XII, o testamento de D. Fernando Martins, bispo do Porto falecido em 1185, refere, entre os vários bens doados, dois pares de *candelabrorum de alimoges*⁶⁰. O aspecto mais importante da documentação referida consiste em permitir o estabelecimento de uma cronologia mais fina relativamente a este tipo de objectos. No contexto da Exposição «De Limoges a Silos» (2001-2002), a publicação do respectivo catálogo marcou um novo momento da investigação sobre os esmaltes medievais⁶¹. A revisão de cronologias, para a qual contribuíram a prospeção arqueológica e a análise dos materiais, aponta para um recuo temporal na produção de esmaltes de Limoges ou de outras regiões de França, bem como dos centros produtores italianos e dos reinos hispânicos.

Embora haja vários exemplares de báculos em metal esmaltado com semelhanças entre si, nos tesouros das igrejas e nas coleções de museus europeus e americanos, é no báculo de Saint-Remy de Reims⁶² que encontramos as mais claras afinidades com a crossa da Ermida de Paiva em cobre e esmalte em *champlevé*. As duas peças adotam as mesmas soluções na estrutura, nas formas e na iconografia. No interior das crossas, rematadas em serpente, uma placa polilobada apresenta um relevo com o Pantocrator e, na outra face, Nossa Senhora entronizada com o Menino ao colo. A peça da Ermida já não contém o nó que, habitualmente, faz a transição entre o suporte e a voluta, como exemplifica o báculo de Saint-Remy. Contudo, os dois exemplares conservam, na parte inferior, volutas que terminam em cabeças de serpente. Igualmente muito semelhante, apesar das lacunas, é o báculo do Museo Catedralicio Diocesano de Ciudad Rodrigo encontrado ocasionalmente em 2006. Apesar de não ser possível estabelecer qualquer relação entre o báculo da Ermida e o daquele museu, é de referir que comunidade premonstratense de Ermida de Paiva estava submetida *in iure* ao Mosteiro de Santa Maria de la Caridad, fundado em 1171 por Fernando II de León em Ciudad Rodrigo⁶³.

Desde a década de 1990 que, na sequência de uma série de exposições nacionais

⁵⁶ SOALHEIRO 2009: 144-145.

⁵⁷ GOMES 2002: 269-281.

⁵⁸ GOMES 2002: 281.

⁵⁹ GOMES 2002: 272-273.

⁶⁰ *Apud* BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO 1924: 385.

⁶¹ Cf. YARZA LUACES 2001.

⁶² Cf. http://www.culture.gouv.fr/public/mistral/palissy_fr [acedido em 20 de junho de 2013].

⁶³ GUEREÑO SANZ 1997: 52 (vol I).

e internacionais e da realização de inventários, a elaboração dos respectivos catálogos conduziu a novas abordagens ao espólio da ourivesaria medieval conservada no território português. Neste sentido, o avanço da historiografia artística consistiu, principalmente, no enquadramento das peças no contexto europeu, no aprofundamento da análise iconográfica e no estudo das respectivas características físicas e químicas. Contudo, depois destes importantíssimos contributos, que permitem agora uma visão de conjunto da ourivesaria e da torêutica da época românica, a historiografia sobre a matéria parece ter chegado a um limite. Sabemos muito pouco sobre a origem concreta das peças e sobre a sua cronologia exacta o que não permite mais do que enquadrá-las tipológica e estilisticamente para concluir sobre a sua datação.

Conclusão

Estas reflexões sobre a Ermida do Paiva pretendem configurar um modelo para uma revisão historiográfica sobre a arquitectura da época românica portuguesa. A história da fundação, as incertezas quanto à chegada dos premonstratenses e, sobretudo, quanto às motivações da implantação deste mosteiro na região foram aqui explanadas demonstrando a desejável necessidade de um reequacionamento historiográfico.

É, sem dúvida a Aarão de Lacerda que devemos a fortuna crítica do mosteiro. Como vimos, a sua obra *O Templo da Siglas* foi fundamental para a valorização patrimonial do conjunto monástico. Paradoxalmente, apesar desta precoce valorização, a historiografia pouco mais inovou. As problemáticas aqui levantadas, como por exemplo a questão da função das siglas e da circulação de artistas/modelos na Europa da época românica, convidam precisamente a uma revisão historiográfica sobre o românico português.

Fontes

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO, Biblioteca Pública municipal do Porto, pub. em Biblioteca Pública Municipal do Porto- Censual do Cabido da Sé do Porto. Porto: Imprensa portuguesa, 1924;

IRHU/ ARQUIVO EX-DGEMN, Processos Vários, Nº IPA.00004296 [Antigo: PT021803060001], Disponível em WWW: www.monumentos.pt.

Bibliografia

[S.A.] (1936). *Portugaliae monvmenta historica* [...]. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.

AFONSO, B. (1998). Vicariato de Moncorvo. O eremitério de Santa Maria de Azinhoso, centro de devoção e peregrinações medievais. *Theologica* 33 (2), pp. 531-536.

ALMEIDA, C. A. F. d. (1986). *O Românico*. Lisboa, Publicações Alfa.

ALMEIDA, C. A. F. d. (1987). Influências Francesas na Arte Românica Portuguesa. In *Histoire du Portugal. Histoire Européenne. Actes du Coloque*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 27-36.

ALMEIDA, C. A. F. d. (2001). *História da Arte em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.

ANTÓNIO DA PURIFICAÇÃO, frei. (1642). *Chronica da Antiquíssima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hipponia, e principal Doutor da Igreja [...]*. Lisboa, [Manuel da Sylva].

AZEVEDO, R. d. (1940). Documentos medievais portugueses: Documentos particulares. Lisboa, Editorial Ática.

BACKMUND, N. (1959). Les origines de l'ordre de Prémontré au Portugal. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 22 (3-4), pp. 416-441.

BARRAL I ALTET, X. (2006). *Contre l'Art Roman? Essai sur un passé réinventé*. [s.l.], Fayard.

BARREIROS, M. d. A., padre (1917). "A Igreja Romanica de Font'Arcada." *Terra Portuguesa* 3 (15-16), pp. 24-36.

BARROCA, M. (2000). *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO (1924). *Censual do Cabido da Sé do Porto*. Porto, Imprensa Portuguesa.

BOTELHO, M. L. (2013). *A Historiografia da Arquitectura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*. Lisboa, FCT/FCG.

CHAMPION, M. (2012). The Medium is the Message: Votive Devotional Imagery and Gift Giving amongst the Commonality in the Late Medieval Parish. *PEREGRINATIONS: Journal of Medieval Art and Architecture* 3 (4), pp. 103-123.

CORREIA, V. (1917). Nossa Senhora de Carquere. *Terra Portuguesa* 3 (15-16), pp. 56-60.

COSTA, A. C. d. (1708). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal [...]*. Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes.

COSTA, M. G. d. (1979). *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Braga, [edição de autor].

GOMES, S. A. (2000). Premonstatenses, In AZEVEDO, C. M (dir. de), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...* Lisboa, Círculo de Leitores. P-V, pp. 56-58.

GOMES, S. A. (2002). Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188. *Humanitas*(54), pp. 269-281.

GUEREÑO SANZ, M. T. (1997). *Monasterios medievales premonstratenses. Reinos de Castilla y León*. Salamanca, Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura.

KURMANN, P. (1998). Mobilité des artistes ou mobilité des modeles? A propos de l'atelier des sculpteurs rémois au XIIIe siècle. *Revue de L'Art* 120 (2), pp. 23-34.

LACERDA, A. d. (1917). O Templo das Siglas (A Igreja da Ermida do Paiva). *Terra Portuguesa* 3 (21-23), pp.220-223.

LACERDA, A. d. (1918). O Templo das Siglas (A Igreja de Ermida do Paiva). *Terra Portuguesa* 3 (29-30), pp. 78-80.

LACERDA, A. d. (1919a). *O templo das siglas. A Igreja da Ermida do Paiva*. Porto, [edição de autor].

LACERDA, A. d. (1919b). O Monumento (de O Templo das Siglas). *A Águia* 16, pp. 65-76.

LEAL, A. P. (1874). *Portugal Antigo e Moderno [...]*. Lisboa, Livraria Editora de

Mattos Moreira & Companhia.

MATTOSO, J. (1996). O Monaquismo Ibérico e Cluny. In MATTOSO, J., *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa, INCM, pp. 55-72.

MATTOSO, J. (1997). Eremitas portugueses no século XIII. In MATTOSO, J., *Religião e cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 103-145.

RESENDE, N. (2009). Escrever História sem palavras. A influência económica e espiritual dos mosteiros cistercienses de São João de Tarouca e Salzedas, na serra de Montemuro, através da análise de fontes indirectas (séculos XVI a XVIII). In M. Á. González García and J. L. A. Carreiras (Coord. de), *Actas. IV Congresso Internacional Cister en Portugal y en Galicia*. Braga-Oseira. 1, pp. 345-390.

REVEYRON, N. (2003). Marques lapidaires: The State of the Question. *Gesta* XLII (2), pp. 161-170.

ROSAS, L. M. C. (2000). O eremitério Os Santos em Sendim/Picote. *Douro - Estudos & Documentos* 5 (9), pp. 47-57.

SANTA MARIA, N. d. (1668). *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa, Na Oficina de Ioam da Costa.

SARAIVA, A. M. d. S. (2003). *A sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria, Magno editores.

SOALHEIRO, J. (2009). Arqueta-relicário (29). In *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*. Viseu, Câmara Municipal: 144-145.

VITORINO, P. (1927). A Igreja de Águas Santas. *Ilustração Moderna* (15), pp. 349-359.

YARZA LUACES, J., coord (2001). *De Limoges a Silos*. Madrid, Sociedade Estatal para la Acción Cultural Exterior/ Ediciones El Viso.

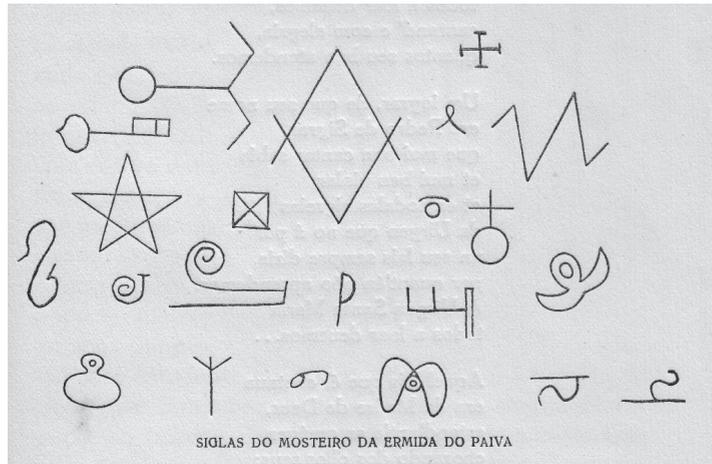


Fig. 1 - Levantamento de siglas por LACERDA 1919: 53

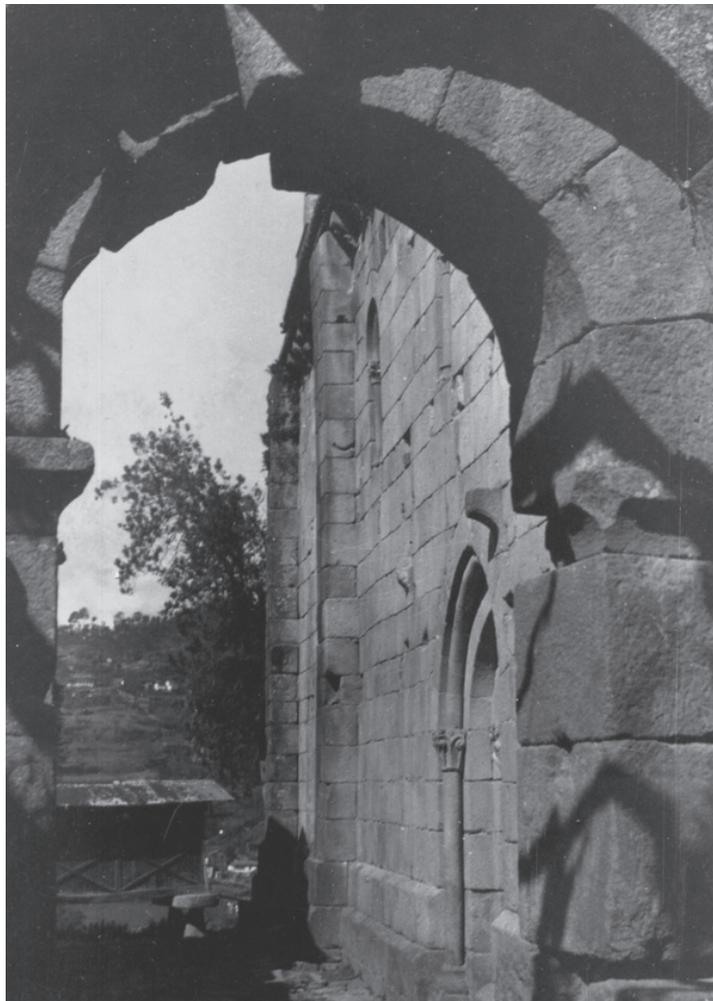


Fig. 2 - Perspetiva sobre a porta lateral a partir dos vestígios do claustro. Col. fot. de Nuno Resende



Fig. 3 - Implantação da igreja de Ermida do Paiva



Fig. 4 - Fachada principal



Fig. 5 - Grafito no interior da igreja da Ermida (parede sul, junto ao portal)

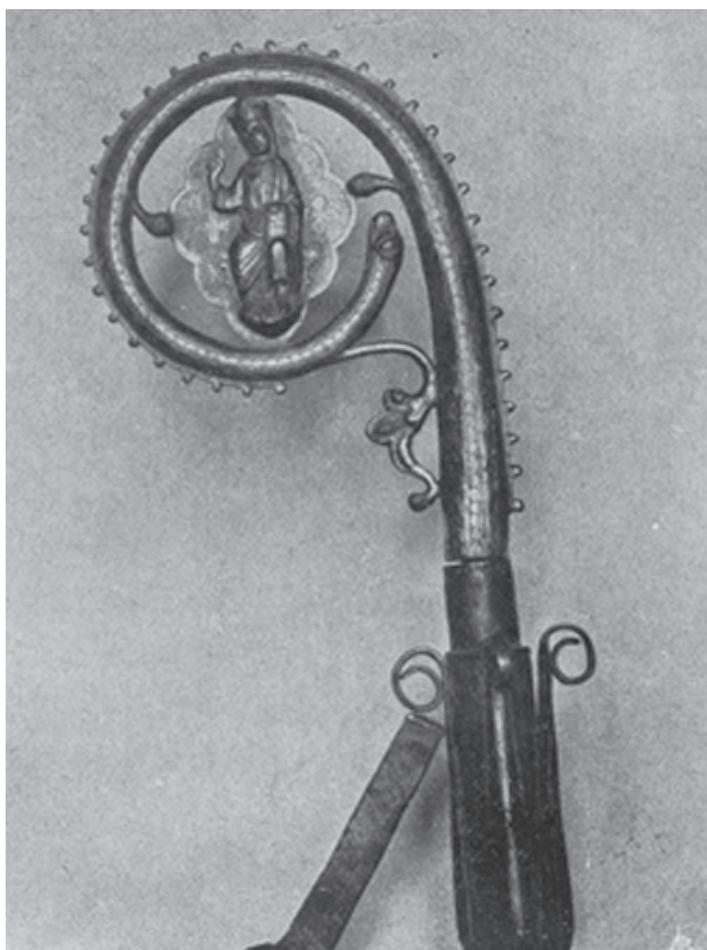


Fig. 6 - Fotografia do báculo de Ermida do Paiva reproduzida em LACERDA 1919.